

CARREIRAS POLICIAIS

EU MILITAR

EXERCÍCIOS



**DIREITOS
HUMANOS**



**É proibida a reprodução total ou
parcial do conteúdo desse
material sem prévia autorização.**

**Todos os direitos reservados a
EU MILITAR
Nova Iguaçu-RJ
suporte@eumilitar.com**

1. Ano: 2021 Banca: FGV Órgão: DPE-RJ Prova: FGV – 2021 - DPE – RJ – Defensor Público

Em 16 de fevereiro de 2018, o então Presidente da República Michel Temer decretou intervenção Federal no Rio de Janeiro. Durante a intervenção, Militares do Exército exigiam RG e tiravam fotos individuais de moradores de diferentes favelas, supostamente enviadas por um aplicativo para um setor de inteligência, que avaliava eventual exigência de anotação criminal. A ampla cobertura da imprensa foi impedida ao exigir-se que a equipe de jornalistas ficasse a uma distância de 300 metros do local das abordagens. Em uma dessas ações, um morador da Vila Kennedy foi obrigado a voltar para casa quando tentava se dirigir para o seu emprego como pedreiro, tendo perdido o dia de trabalho em razão disso. Por ter saído para o serviço sem os documentos, levando consigo apenas a marmita, os soldados o fotografaram com e sem boné e o mandaram de volta para casa. Para os profissionais de imprensa que foram obrigados a ficar a uma distância mínima de 300 metros dos locais de abordagem dos moradores (texto 1), a ação constitucional mais adequada para garantir a liberdade atacada pelo ato é:

- a) Mandado de segurança;
- b) Mandado de injunção;
- c) *Habeas corpus*;
- d) *Habeas data*;
- e) Ação popular;

2. Ano: 2021 Banca: FGV Órgão: DPE-RJ Prova: FGV – 2021 – DPE-RJ – Defensor Público

Em 16 de fevereiro de 2018, o então Presidente da República Michel Temer decretou intervenção federal no Rio de Janeiro. Durante a intervenção, Militares do Exército exigiam RG e tiravam fotos individuais de moradores de diferentes favelas, supostamente enviadas por um aplicativo para um setor de inteligência, que avaliava eventual existência de anotação criminal. A ampla cobertura da imprensa foi impedida ao exigir-se que a equipe de jornalistas ficasse a uma distância de 300 metros do local das abordagens. Em uma dessas ações, um morador da Vila Kennedy foi obrigado a voltar para casa quando tentava se dirigir para o seu emprego como pedreiro, tendo perdido o dia de trabalho em razão disso. Por ter saído para o serviço sem os documentos, levando consigo apenas a marmita, os soldados o fotografaram com e sem boné e o mandaram de volta para casa. O morador da comunidade que saía de casa para trabalhar e que perdeu o dia de serviço por ter sido obrigado a retornar para casa pela ausência de documentos (texto 1) procurou a associação de moradores para saber qual medida judicial poderia ser tomada. A medida judicial mais adequada a ser movida pela associação, para garantir prontamente a liberdade atacada pelo ato dos militares, é:

- a) Mandado de segurança coletivo;
- b) Ação civil pública;
- c) *Habeas corpus* coletivo;
- d) Ação popular;
- e) *Habeas corpus* preventivo.

3. Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: PC Prova: FGV – 2022 – Investigador

Em razão da crise financeira que assolava sua região, João estava muito preocupado pelo fato de não estar conseguindo pagar uma série de dívidas, o que, a seu ver, poderia acarretar a sua prisão. Por tal razão, consultou um advogado, que informou corretamente que a decretação da prisão civil por dívida

- a) Não é admitida, em nenhuma hipótese, pela ordem constitucional brasileira.
- b) Só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- c) Só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e na do depósito infiel.
- d) Só é admitida nas hipóteses em que haja ordem judicial específica para o pagamento da dívida, qualquer que seja sua origem.
- e) Só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, na do depositário infiel e na hipótese de abandono material de idosos.

4. Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: PCERJ Prova: FGV – 2022 – Investigador

O prefeito do Município Beta, sensível com a situação de Joana, pessoa extremamente competente e confiável, com elevado poder de liderança e que se encontrava desempregada, decidiu aproveitá-la em sua gestão. Para tanto, solicitou que sua assessoria lhe indicasse como isso poderia ser feito, sendo-lhe respondido, corretamente, que Joana poderia ser nomeada:

- a) Para cargo de provimento efetivo, cargo em comissão ou função de confiança;
- b) Apenas para cargo em comissão ou função de confiança;
- c) Tão somente após a aprovação em concurso público;
- d) Apenas para uma função de confiança;
- e) Apenas para cargo em comissão.

5. Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: PC-AM Prova: FGV – 2022 – PC-AM – Investigador de Polícia

O Prefeito do Município Beta, com objetivo de assegurar à população local o direito ao lazer, editou decreto dispondo que, nos finais de semana, os locais de diversão do Município, incluindo restaurantes, cinemas e teatros, somente poderiam ser frequentados pelos moradores de Beta. A justificativa apresentada foi a de que os moradores dos Municípios vizinhos se deslocavam para o Município Beta nos finais de semana e geravam uma grande lotação no local.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o decreto do Prefeito do Município Beta é

- a) Inconstitucional, pois restrição dessa natureza somente poderia ser criada por lei.
- b) Inconstitucional, pois o Prefeito do Município Beta não pode instituir esse tratamento diferenciado.

- c) Constitucional, desde que os motivos invocados sejam verdadeiros, não meramente idealizados.
- d) Constitucional, pois as autoridades públicas têm a prerrogativa de disciplinar o exercício de direitos.
- e) Inconstitucional, pois a ordem constitucional somente permite a previsão de restrição dessa natureza.

6. Ano: 2021 Banca: FGV Órgão: PC-RJ Prova: FGV – 2021 – PC-RJ – Inspetor de Polícia Civil

Pedro, ambientalista atuante e que tinha papel decisivo no processo de formação da opinião pública, decidiu desligar-se do jornal em que trabalhava e passou a publicar o seu próprio informativo. Após divulgar o primeiro número, foi notificado pela fiscalização municipal e informado de que deveria suspender a primeiro número, foi notificado pela fiscalização municipal e informado de que deveria suspender a circulação do informativo até que obtivesse licença da autoridade competente, o secretário municipal de Comunicação.

À luz da sistemática constitucional, a atuação da fiscalização foi:

- a) Incorreta, pois a publicação do informativo impresso promovida por Pedro independe de licença de qualquer autoridade;
- b) Correta, pois nenhuma pessoa, natural ou jurídica, pode oferecer bem ou serviço ao público sem prévia licença do órgão competente;
- c) Incorreta, pois a liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social, afasta a necessidade de licença de autoridade;
- d) Incorreta, pois o funcionamento dos estabelecimentos de prestação de serviços não é de interesse local, logo, o Município não é competente para fiscalizá-los;
- e) Correta, pois a concessão de licença, pela autoridade competente, para as atividades de comunicação social, busca assegurar a liberdade de informação e afastar o anonimato.

7. Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: CBM-AM Prova: FGV – 2022 – CBM-AM-SOLDADO
Marie, de nacionalidade francesa, está residindo no território nacional há alguns meses. Para se inteirar dos distintos aspectos de sua situação jurídica, procurou um advogado e o questionou se possuía, ou não, direitos fundamentais. O advogado respondeu corretamente que Marie

- a) Possui direitos fundamentais, desde que tenham sido provisoriamente deferidos no início do processo de naturalização.
- b) Possui direitos fundamentais, desde que tenha requerido a sua fruição no momento de ingresso no território nacional.
- c) Não possui direitos fundamentais, que somente são titularizados pelos brasileiros natos.
- d) Não possui direitos fundamentais, que somente serão obtidos ao fim do processo de naturalização.
- e) Possui direitos fundamentais, já que se encontra residindo no território nacional.

8. Ano: 2022 Banca: FGV Órgãos: CBM AM Prova: 2022 – CBM-AM- SOLDADO

João, servidor público, informou à sua amiga Maria que ele somente perderia o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo ou, na forma da lei complementar, mediante avaliação periódica de desempenho. Isso significa dizer que João

- a) Ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, e conta com mais de três anos de efetivo exercício.
- b) Ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, e conta com mais de dois anos de efetivo exercício.
- c) Ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, independente do lapso temporal desde a posse.
- d) Ocupa cargo público, de natureza não eletiva, e conta com mais de dois anos de efetivo exercício.
- e) Exerce função pública, independente do cargo ocupado e da forma de provimento.

GABARITO

- 1. A**
- 2. C**
- 3. B**
- 4. E**
- 5. B**
- 6. A**
- 7. E**
- 8. A**





Todos os direitos reservados a
EU MILITAR
Nova Iguaçu-RJ | suporte@eumilitar.com



Clique nos ícones abaixo para
acessar as nossas redes.

